

Smuggling

Dom.  
22  
9  
91

# REINO DE CONTRA BANDO

● Onde se fala de entradas e saídas ilegais de pessoas e mercadorias, violações constantes da fronteira e tráfico de homens para a África do Sul

por Orlando Muchanga



No posto de controlo da fronteira de Namaacha o movimento de entrada e saída de pessoas e mercadorias é maior

## Taxas proibitivas incitam fugas ao fisco

● Falta de equipamentos de observação e de pessoal qualificado são outros motivos

**N**O posto de controlo da fronteira da Namaacha, a nossa Reportagem observou que existem três categorias de mercadorias que transitam, designadamente a de grande e médios importadores e exportadores, e a de pequenos agentes que inclui negociantes de vários níveis e viajantes que trazem poucas quantidades. Neste último grupo destacam-se sobretudo senhoras que se deslocam para a Suazilândia e África do Sul à procura de sobrevivência. Soubemos que também existem comerciantes com licenças de importação/exportação temporárias. Alguns pagam directamente no local as taxas aduaneiras aplicadas sobre os produtos, outros porém, por várias razões, vêm efectuar o pagamento dos referidos impostos na 1ª Secção dos Serviços da Alfândega da cidade de Maputo.

Naquele local notámos que no movimento descontrolado da população, uns a entrar e outros a sair para além-fronteira, gente se aborda indecretamente e propõe-se e/ou trocam-se confidências de negócios diversos, desde a simples troca de moeda a outros.

Alguns importadores e exportadores que aceitaram prestar declarações ao "Domingo" naquele distrito fronteiriço lamentaram os roubos de que são vítimas quando, por algum motivo de ordem aduaneira, são obrigados a deixar mercadorias nos armazéns da Alfândega, tanto em Namaacha como em Maputo. Denunciaram que em contrapartida e a par dos impostos aduaneiros considerados proibitivos e até certa medida ultrapassados, quando pagam algum suborno aos polícias fiscais são deixados atravessar com os camiões carregados sem ser revistados. Informaram que tal atitude ganha maior amplitude no posto de controlo da Matola-Rio, onde a troca de nada, pequenas gorjetas aos PF, tudo pode passar, incluindo armamento e produtos estratégicos para a economia nacional — sublinharam.

Entretanto, os funcionários aduaneiros contactados pela nossa Reportagem defenderam que, mais do que o resto, para se fazer um juízo correcto dos problemas que incitam às fugas ao fisco da Alfândega, contrabando e outro tipo de tráfico que acontece, é preciso tomar em consideração as taxas aduaneiras que actualmente são aplicadas às mercadorias importadas. Indicaram, a título de exemplo, que em relação a bebidas (cerveja em latas e vinho) o imposto de importação aplicado é de 250 por cento do custo de compra do produto no estrangeiro, somado com os custos de transporte e de seguro das mercadorias.

Na análise dos nossos interlocutores, não fossem as fugas ao fisco,

o preço de cerveja enlatada e do vinho importado seria insuportável na cidade de Maputo. Salientaram, no entanto, que as taxas aplicadas sobre os produtos básicos de primeira necessidade, entre farinha de milho, cebola e batata, são consideradas mais baixas. Em relação ao vestuário, os custos do imposto aplicado dependem do tipo e da qualidade do tecido.

As fontes argumentaram que para os serviços aduaneiros se auto-afirmarem como instrumento de protecção da economia nacional contra a invasão do capital estrangeiro e verdadeiro defensor do comerciante e do consumidor nacional, todo o sistema de funcionamento deve ser revisto.

Acrescentaram, neste contexto, que enquanto persistir o mecanismo de trabalho actual bem como a falta de uma política de alfândegas aplicável à situação concreta do país, os comerciantes, importadores e exportadores, para vencerem com facilidade a batalha do "jogo do lucro", preferem pagar individualmente uma pequena importância em dinheiro ou em mercadorias ao agente da PF, ou ainda, simplesmente fugir ao fisco do que suportar a sobretaxa dos serviços da Alfândega.

## CONTRABANDO DE SUCATAS E PRODUTOS PROIBIDOS

Os entrevistados informaram que outros motivos que incitam a fuga ao controlo fiscal e contrabando naquele posto fronteiriço é a falta de meios e equipamentos adequados de observação e pessoal qualificado para a efectiva fiscalização.

Por vezes trabalhamos com base em desconfiança. Não conhecemos as coisas e os seus reais valores nos outros países. Trabalhamos com medo. Alguém é feito

desaparecer misteriosamente por fazer uma denúncia. Também funcionamos debaixo de chantagens de várias ordens. Imagine, por exemplo, um comerciante que recusa que a sua mercadoria seja revista porque afirma estar a trabalhar para um general qualquer. Neste caso não se pode fazer nada — alertaram os informadores.

Revelaram que o mês passado, por exemplo, a maior quantidade de bebidas que atravessou pela fronteira da Namaacha dizia-se vir destinada à Força Aérea de Moçambique. Em relação a produtos que saem do país para o estrangeiro, Boavida Alexandre Mutombene, supervisor aduaneiro em serviço naquele distrito, abordado pelo "Domingo" indicou que legalmente a quantidade de mercadorias exportada é insignificante. Fez menção destacada ao camarão, lulas, caranguejo e produtos de artesanato e sobretudo muita "sucata" de ferro e cobre.

Neste tipo de negócio — adiantou a fonte — há muitas simulações, jogadas de cabeça, malabarlismo mesmo. Mas a gente sabe que a chamada sucata são grandes quantidades de rolos de fios de telefone e de condução de energia eléctrica que são cortados aos bocados e disfarçados. Depois de (re)trabalhados na África do Sul voltam a ser vendidos ao país. Há falta de honestidade nisto. Os carregamentos são assistidos em Maputo.

Alfredo Matsinhe, outro supervisor aduaneiro em serviço na Namaacha, contactado pela nossa Reportagem disse, por sua vez, que na prática os produtos de exportação que geram lucros fabulosos são aqueles que atravessam pela rede do contrabando. Voltou a repetir que trabalhamos sob medo de perder a própria vida, para além, claro, da nossa capacidade de intervenção e falta de equipamentos de observação. Por isso, apenas suspeitamos que entre os produtos que saem do país também deve circular marfim, chifres e peles de animais sob protecção, mercúrio vermelho em líquido e em pó, drogas e armas de fogo — sublinhou.

Aquele funcionário continuou que outro factor é que por dia atravessam duas, três a quatro centenas de viaturas, entre carros de turismo, carrinhas e camiões-cavalos, por este motivo a revista, mesmo que possível, não pode ser minuciosa de viatura por viatura. No dia em que estivemos naquele local, num sábado, entraram no país 99 camiões grandes, sem contar com os carros de pequena tonelagem. Como dissemos, também temos falta de quadros. Eu por exemplo, pessoalmente nunca vi cocaína em pó

nem em comprimidos. Não sei o que é MX, não sei o que é petedina e outras drogas nas suas diversas formas. Pelo que é possível que alguém passe com uma dessas drogas e diga tratar-se de medicamentos de cabeça ou de estômago. Nestes casos nunca há provas ou quando existem são sempre insuficientes — disse Alfredo Matsinhe.

Boavida Mutombene voltou a intervir para responder que outra dificuldade encontrada no trabalho do seu dia-a-dia relaciona-se com a falta de comunicações entre aquele posto e a sede da cidade de Maputo.

Muitas vezes mandam-nos interditar a passagem de uma determinada viatura. Depois mandam-na avançar sem dar explicações e nós ficamos sem saber o que realmente se passa e o que devemos fazer. Os importadores/exportadores com ou sem razão sempre aparecem mais informados do que nós — lamentou.

#### "MUQUERO" ABASTECE MERCADO ILEGAL DE MAPUTO

Relacionado ainda com a fiscalização das bagagens dos passageiros e outras mercadorias que transitam de Namaacha, "Domingo" apurou que, igualmente, por carência de meios e equipamentos de apoio básico moderno de fiscalização para aplicação das taxas dos produtos importados, os supervisores aduaneiros baseiam-se nas declarações dos camionistas.

Neste sentido ficamos a saber que a referência de bebidas, nomeadamente cerveja em lata, vinhos e refrigerantes, cujos direitos alfandegários são considerados mais elevados, nunca é mencionada. Nos camiões carrega-se a bebida em baixo e a batata e a cebola em cima. É a taxa destes produtos que somente é declarada de comum acordo com os PF. Diz-se também que em caso de multas ou aplicação correcta da legalidade, o esforço dos funcionários nunca é reconhecido. Informaram que mesmo os grandes importadores, como a empresa "Manica Moçambique", nunca se sabe o que transporta ao certo nos seus camiões.

De acordo com as fontes, são esses mesmos problemas que, por outro lado, fazem surgir o tradicional "muquero" de "to carry"/"carregar", uma prática que é promovida por pequenos importadores. Verificamos que este tipo de negócio envolve mulheres (os naturais e residentes da Namaacha podem atravessar a fronteira livremente) e crianças que transportam (carregam) a partir de Falafala (Suazilândia) vários produtos importados, entre bebidas e ali-

mentos e atravessam com eles a fronteira a correr. Temos informações de que o chamado "muquero" funciona sob orientação dos PF.

A taxa aplicada sobre um garrafão de vinho de cinco litros é de 7200 meticais. Entretanto, paga-se de dois a quatro contos o cartão/caixa de quatro garrações ao "muquero" e PF. Há quem defenda que é este tipo de fugas ao fisco que abastece o mercado paralelo da cidade de Maputo para manter o vinho e a cerveja ao preço a que actualmente se encontra e que caso contrário o seu preço seria insuportável.

Na ocasião fomos interpelados por uma senhora que nos pediu omissão de seu nome, que informou que naquela mesma altura acabava de transaccionar via "muquero" cerca de 60 caixas, ou seja, 240 garrações de vinho. Contudo, não obstante toda a anomalia relatada, as estatísticas oficiais indicam que aquele posto fronteiriço tem feito receitas agradáveis para a economia do Estado.